IDEB COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PARA MELHORIA DE RESULTADOS NOS ANOS INICIAIS DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ CÂMARA FERREIRA EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA

IDEB COMO INSTRUMENTO DE EVALUACIÓN PARA MEJORAR LOS RESULTADOS DE LOS PRIMEROS AÑOS DE LA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ CÂMARA FERREIRA EN SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA

IDEB AS AN EVALUATION INSTRUMENT TO IMPROVE RESULTS IN THE EARLY YEARS OF ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ CÂMARA FERREIRA IN SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

https://doi.org/10.5281/zenodo.18630670

Eva Cruz Ramos[1] Solange Cristina Alves Reis[2] Sônia Regina Marques da Costa[3] Maria Regina Martins Cabral[4]

RESUMO

O presente artigo visa esclarecer a importância da análise dos dados coletados no IDEB para a criação de estratégias que venham a colaborar com o avanço nos índices de proficiência dos alunos da turma do 5º ano da escola José Câmara no ano de 2023. Este trabalho tem como objetivo geral trazer reflexões acerca do IDEB e assim contribuir para a criação de estratégias que resultem em qualidade para o desenvolvimento da aprendizagem de leitura, interpretação e escrita da Língua portuguesa e matemática dos alunos da turma do 5 ano, do turno vespertino.

Palavras-Chave: IDEB, SAEB, Aprendizagem, Alunos, Escrita.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo aclarar la importancia de analizar los datos recopilados en el IDEB para la creación de estrategias que colaboren con el avance en los índices de competencia de los estudiantes de 5º año de la escuela José Câmara en el año 2023. Este trabajo tiene como objetivo objetivo general traer reflexiones sobre el IDEB y así contribuir a la creación de estrategias que resulten en calidad para el desarrollo del aprendizaje de la lectura, interpretación y escritura en lengua portuguesa y matemáticas de los estudiantes de la promoción de 5º año, en el turno de la tarde.

Palabras clave: IDEB, SAEB, Aprendizaje, Estudiantes, Escritura.

[1]Pós-graduado MBA Alfabetização e Letramento e Novas Tecnologias. E-mail: pedlinda62@gmail.com

[2]Pós-graduado MBA. Alfabetização e Letramento e Novas Tecnologias e Currículo, Avaliação e Planejamento no Ensino Fundamental E-mail: solanah26@gmail.com

[3]Pós-graduado MBA. Currículo, Avaliação e Planejamento no Ensino Fundamental. E-mail: soniaregina.costa2017@gmail.com

[4] Doutora em Educação – USP. E-mail: eureginacabral@gmail.com

ABSTRACT

This article aims to clarify the importance of analyzing the data collected in IDEB for the creation of strategies that will collaborate with the advancement in the proficiency indexes of students in the 5th grade class of the José Câmara school in the year 2023. general objective to bring reflections about IDEB and thus contribute to the creation of strategies that result in quality for the development of reading, interpretation and writing learning of the Portuguese language and mathematics of the students of the 5th grade class, of the afternoon shift.

Keywords: IDEB, SAEB, Learning, Students, Writing.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com a qualidade da educação norteia as políticas adotadas pelas redes municipais e estaduais de educação no Brasil e se explicita no objetivo de atingir, ou até superar os índices e metas estabelecidas para a educação básica, apresentados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Esse movimento tem levado as escolas da rede pública a exibir os resultados do IDEB em placares, demonstrando que tem ocorrido um ranqueamento entre as escolas das redes municipal e estadual na exibição pública de melhores resultados, atestados por este indicador.

Nesse sentido, o IDEB tornou-se a forma privilegiada e frequentemente a única de se analisar a qualidade da educação básica brasileira e, por isso, tem tido grande influência no debate educacional no país. Sua introdução colocou no centro desse debate a ideia de que hoje os sistemas educacionais brasileiros devem ser avaliados não apenas pelos seus processos de ensino e gestão, mas principalmente pelo aprendizado e trajetória escolar dos alunos.

Acrescenta-se que a valorização dos resultados estava ausente nas análises até então dominantes da educação básica brasileira, que eram centradas na questão da expansão dos sistemas. Nessas abordagens a solução para os problemas educacionais era sempre a expansão de algum aspecto dos sistemas educacionais: mais horas-aula, mais etapas obrigatórias, mais recursos, mais escolas e mais professores.

O IDEB, sem questionar a necessidade de novos recursos e expansões, coloca o aprendizado e a regularidade na trajetória escolar dos alunos como elementos essenciais de um sistema educacional. A importância da consideração de resultados para a análise dos sistemas educacionais ficou ainda mais evidente com a introdução do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, estabelecido pelo Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007), cuja primeira diretriz é “estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir”. Saviani (2009, p. 7) explica que o IDEB é um importante indicador cujas metas estabelecidas são progressivas, prevendo-se chegar ao ano de 2022 com a média prevista para 6.0, que é o índice apresentado pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) pontuado no quesito desenvolvimento educacional em âmbito mundial.

Logo, desde a sua fundação até a atualidade, o IDEB tem sido relevante com seus testes padronizados e resultados apresentados na forma de dados quantitativos, como referencial de avaliação para se aferir a qualidade de ensino. Diante de todo o exposto, discorrer-se-á sobre a avaliação externa, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para se chegar ao resultado IDEB, para isso, pensou-se em criar estratégias de ensino para que o resultado seja satisfatório no 5º ano da Escola José Câmara Ferreira em São José de Ribamar.

2. BREVE HISTÓRICO DO IDEB

No decorrer da história, o direito à educação foi regulamentado pela primeira vez no século XVIII por meio da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, oriunda do movimento da Revolução Francesa, sendo regulamentada pela Convenção Nacional Francesa em 1793, em que o artigo XXII assegurava que “A instrução é a necessidade de todos. A sociedade deve favorecer com todo o seu poder o progresso da inteligência pública e colocar a instrução ao alcance de todos os cidadãos”.

Dessa forma, na maioria dos países, embora cada um à sua forma, deu início às políticas de educação como meio de propiciar a igualdade, cidadania e democracia, que seria revertido em qualidade de vida para todos. No Brasil, o princípio da organização política da educação ocorreu nos anos de 1930 sob o governo de Getúlio Vargas (Bomeny, 2011).

Desde a década de 30, já se manifestava, no âmbito do Estado, o interesse por uma avaliação sistemática da educação no Brasil (Azevedo, 2001). No entanto, somente no final dos anos 1980, foram realizados esboços de pesquisa e projetos de planejamento educacional, que serviriam de base para a implementação, na década seguinte, de um sistema de avaliação externa da escola (Coelho, 2008). A aprovação da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases), que teve como relator o então senador Darcy Ribeiro, estabeleceu o Saeb como método avaliativo nacional unificado, que possibilitaria comparações e permitiria melhores definições das prioridades e das formulações de políticas educacionais (Brasil, 1996).

Importa ressaltar que na década de 30 manifestava-se, no âmbito do Estado, o interesse por uma avaliação sistemática da educação no Brasil (Azevedo, 2001). No entanto, somente no final dos anos 1980, foram realizados esboços de pesquisa e projetos de planejamento educacional, que serviriam de base para a implementação, na década seguinte, de um sistema de avaliação externa da escola (Coelho, 2008). A aprovação da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases), que teve como relator o então senador Darcy Ribeiro, estabeleceu o SAEB como método avaliativo nacional unificado, que possibilitaria comparações e permitiria melhores definições das prioridades e das formulações de políticas educacionais (Brasil, 1996).

Diante disso foram introduzidas no SAEB, em 1997, as denominadas matrizes de referência e, a partir destas, construídos os descritores, com vistas a analisar as capacidades

cognitivas dos estudantes e servem de base para a elaboração e a pontuação de cada questão, permitindo o estabelecimento de competências e conteúdos considerados mais relevantes. Quando a escola apresenta um relevante índice de reprovação dos estudantes, torna-se desestimulante e, por vezes, os alunos não retornam para concluírem seus estudos. Por outro lado, quando a instituição aprova todos os alunos e o aprendizado é considerado reduzido, também incorre tanto na qualidade, quanto na queda do ensino.

Atualmente o SAEB está disposto na Portaria de número 931, de 21 de março de 2005, sendo formado por duas matrizes de referência, que são a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC). O primeiro processo do SAEB, a ANEB, realiza amostragens da rede de ensino em cada unidade da Federação, tendo como cerne a gestão dos sistemas educacionais, sendo nomeada de SAEB em suas exposições. Observa-se que a democratização da escola no Brasil passou por grandes desafios e contou sempre com o apoio do movimento dos docentes que acreditavam na democratização da escola com foco na valorização da educação e do ensino no Brasil. Como afirma Campos (2009), os professores tiveram participação fundamental no processo de democratização da escola no Brasil.

> [...] A proposta de avanço na democratização da escola foi sempre bandeira do movimento docente. Desde os educadores vinculados às causas abolicionistas, passando pelos signatários do manifesto dos pioneiros da Escola nova aos seguimentos que defenderam a escola pública, democrática e laica quando das discussões da elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases – LDB, no Brasil, Lei n. 4.024/61. Mesmo sobre o golpe militar de 1964, com o estabelecimento do regime Militar-Ditatorial, os embates camuflados na defesa da reforma da educação, instituída na época pela Lei n. 5.692/71, foram objeto de continuas críticas no conteúdo da reforma do ensino à época, por parte do movimento de resistência dos educadores em defesa da liberdade democrática. (Campos, 2009, p. 59)

Os movimentos dos docentes através de sua persistência obtiveram êxitos no que diz respeito à discursão sobre educação pública para todos na primeira Lei de diretrizes e Bases, porém, o que conseguiram alcançar ainda não era o que almejava o movimento, visto que a educação laica e pública para todos ainda não estava definida. É a partir desse movimento pela busca da valorização da escola e de um ensino de qualidade que atualmente continua-se a criar mecanismos novos para avaliar e medir a qualidade da educação no Brasil.

Acrescenta-se a essa esteira de reflexões, que o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), criado nos anos 90, bem como, as avaliações externas, tornaram-se uma fonte riquíssima para pesquisas e debates por parte dos profissionais da educação. A partir do surgimento do IDEB que a qualidade das instituições escolares passou a ser propriamente dita quantificada, ou seja, a coleta das informações para as avaliações externas é de cunho quantitativo e não qualitativo, uma vez que se considera os saberes adquiridos pelo aluno através de uma nota alcançada em um exame.

Nessa perspectiva, tem-se uma visão do aluno de forma distorcida, desconsiderando

assim, o valor de dados qualitativos em relação à aprendizagem deste aluno e, de acordo com Dourado (2007, p. 09), a definição da qualidade da educação é como “um elemento complexo, que abrange e está envolvido em inúmeras dimensões”, pois, todas as informações em relação à qualidade do saber devem ser medidas levando em consideração o contexto em que se é analisada.

Logo, para que alguns pontos importantes torne-se real, no que diz respeito à qualidade da educação, dentre eles a infraestrutura do ambiente escolar, as estratégias pedagógicas e principalmente o contentamento da comunidade escolar diante do desempenho de seus alunos - ou seja, um conjunto de medidas que incidem diretamente no processo de ensino e aprendizagem - deve ser levado em consideração para que se obtenha bons resultados nas avaliações externas ou internas, uma vez que estes podem elevar os indicadores de qualidade ou fazerem com que os mesmos declinem nas estatísticas.

Para que se possa visualizar as médias das avaliações externas como algo coerente à realidade dos estudantes, cabe considerar-se alguns pontos importantes quando da obtenção satisfatória de uma nota pelo aluno, tais como: as condições sociais, a escolaridade dos pais, a frequência, a metodologia utilizada em sala de aula, questões emocionais, fisiológicas e cognitivas, uma vez que impactam sobremaneira nos resultados dos testes e consequentemente, na nota obtida nas avaliações externas. Os fatores extraescolares e escolares têm forte relação no desempenho do aluno e consequentemente no resultado obtido no IDEB.

De posse dessas informações, cabe ao gestor escolar uma grande responsabilidade na divulgação e implementação de medidas que venham favorecer a utilização destas informações obtidas pelos dados coletados pelo IDEB. O gestor enquanto mediador dessas informações entre escola e sistema, deve buscar alternativas que venham promover transformações necessárias na comunidade escolar, para assim, alcançar a verdadeira função da escola enquanto ambiente social e democrático, garantindo a todos equidades na aprendizagem. Nesse sentido, segundo Machado (2012, p. 238) a análise:

> [...] dos dados obtidos pelas avaliações externas e disponibilizados pelo INEP possibilitam aos profissionais da educação refletir sobre o nível de conhecimento dos seus alunos e desta forma possibilita que os mesmos assumam uma postura reflexiva sobre os caminhos e ações que estão sendo vivenciadas no interior das escolas.

Já a algum tempo as metodologias e as estratégias utilizadas nas escolas têm sido objeto de estudos sobre efeito-escola. Este conceito é empregado para caracterizar o quanto as estratégias metodológicas internas e práxis pedagógica influenciam na aprendizagem dos discentes (Brooke & Soares, 2008). Sendo assim, uma escola de sucesso é aquela onde os professores são tidos como qualificados, considera-se assim, que o aprendizado dos alunos está inteiramente relacionado à prática docente. Corroborando Freire lembra que, é preciso que, pelo contrário, desde o começo do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste Sentido que ensinar não é transferir

conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso acomodado. (Freire, 1996, p. 29)

As ações dos professores devem ser voltadas para as estratégias de aprendizagens dos discentes, levando em consideração a singularidade, necessidades e expectativas de cada um. Nessa expectativa, cabe ao docente escolher, preparar e problematizar conteúdos, com o fim de gerar melhorias no desenvolvimento intelectual do aluno, na sua formação como ser social, vislumbrando o conhecimento é o que se pretende que o aluno adquira no percurso das suas indagações e investigações.

Todavia, é indispensável que uma metodologia de formação continuada que tenha como foco a interação entre sujeitos distintos, tenha a reflexão crítica, o embate da heterogeneidade e do conflito como meios para a busca, criação e aceitação de novos conhecimentos no qual afirmam os autores:

Também é necessário que o professor tenha em vista que, diante das diferentes metodologias e estilos de aprendizagem, o fundamental é reconhecer a singularidade dos alunos e seus diferentes modos de aprender, com a intencionalidade de intervir nos processos de ensino e de aprendizagem de forma significativa, tornando a educação mais interessante e eficaz, contribuindo assim para a inserção do aluno no mundo científico (Laburú; Arruda; Nardi, 2003, p. 251).

Observa-se que, há distintas formas de aprender, portanto é essencial que o docente esteja preparado para as várias maneiras e tecnologias que permitem esse aprendizado, pois o alunado é posto em constantes desafios e um deles é adquirir significados diferentes de aprendizado que consistem em aprender, a saber, fazer de acordo com suas especificidades.

3. EXECUÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao INEP realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Por meio de testes e questionários aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o SAEB reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais.

O SAEB permite que as escolas das redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes em que o resultado da avaliação torna-se um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências (INEP, 2023).

De acordo com Azevedo et al. (2023), a partir dos resultados obtidos no SAEB, é possível verificar o desempenho tanto dos estudantes e das escolas, quanto das redes de ensino, além de identificar os principais desafios a serem enfrentados para a melhoria da

qualidade da educação no país. No entanto, as escolas parecem não dar a importância devida à leitura, onde o ensino parece centralizar apenas a questão da alfabetização. Logo, provas como as do SAEB parecem difíceis para muitos alunos, em que, questões simples, acabam por demonstrar dificuldades. O trabalho docente nesse campo, reflete ficar aquém do necessário para a formação de leitores competentes.

No que tange às escolas municipalizadas investigadas, a preocupação com o ensino no campo da leitura, necessita de melhorias para que as notas em todos os sistemas avaliativos, incluindo a Prova Brasil, melhore. Se com base nas notas obtidas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica são analisadas e geram medidas para a melhoria, de fato, é urgente a necessidade dessas ações pedagógicas, para que escolas municipalizadas tenham um ensino de qualidade e pense acerca da leitura e se tenha uma educação com equidade (Azevedo et al., 2023).

Logo, utilizar a avaliação externa para melhorar o processo de ensino aprendizagem dos alunos do 5º ano do ensino fundamental da Escola Municipal José Câmara Ferreira, com base na análise de dados do IDEB até 2021, torna-se relevante, pois promove estratégias a fim de elevar a qualidade e desempenho desse alunado.

4. IDEB E AVALIAÇÃO: RETROCESSOS CAUSADOS À EDUCAÇÃO, ENSINO APRENDIZAGEM

4.1 As responsabilidades da escola diante dos resultados obtidos no IDEB: uma breve reflexão

Em um estudo recente, De Castro Soares et al. (2023) aborda o problema da baixa qualidade educacional do ponto de vista de diversas áreas, destacando a Mineração de Dados Educacionais, que está cada vez mais presente em estudos científicos, e é uma importante ferramenta utilizada para dar suporte à tomada de decisão por elaboradores de políticas públicas. Segundo o autor, o estado do Maranhão apresenta índices baixos na qualidade da educação básica, conforme pode ser verificado nas avaliações de desempenho nacionais ao longo dos anos.

Ressalta-se que a educação pode ser influenciada por diversos fatores e que podem causar impactos positivos ou negativos, por exemplo, evasão e reprovação de alunos são itens que impactam negativamente na educação. Além disso, esses fatores podem contribuir para a diminuição dos índices de qualidade educacional. Entretanto, a participação dos pais e da família, dando incentivo aos alunos, são itens que podem impactar positivamente na educação. Uma vez identificados os fatores que podem influenciar na qualidade educacional, pode-se criar políticas públicas para alavancar esses fatores no sentido de fazer com que eles sejam melhorados ou aperfeiçoados para causar um impacto ainda melhor e mais evidente da educação na sociedade, ou, caso o fator seja negativo (e.g., evasão, reprovação), pode ser estudado sua origem, para ser combatido (De Castro

Soares et al., 2023).

De acordo com De Castro Soares et al. (2023), o motivo pelo qual o IDEB no Maranhão não evoluiu significativamente é algo que deve ser estudado, buscando identificar os possíveis fatores que mais influenciam o desempenho das escolas do estado. Uma análise dos dados relacionados ao IDEB pode gerar evidências que expliquem o problema do baixo rendimento escolar, ao menos em parte, e contribuir para a tomada de decisão dos gestores educacionais.

Em sua pesquisa de mestrado, Lago (2023) aborda as práticas de gestão escolar no desempenho do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). No contexto do estado do Maranhão, foram compiladas informações referentes às escolas de ensino médio da rede estadual que integraram o processo de avaliação do SAEB no ano de 2021, especificamente aquelas localizadas nas áreas urbanas. Seu levantamento revelou a participação de um total de 815 escolas no exame, conforme dados obtidos por meio do Censo Escolar de 2021. Essa compilação de dados também incluiu informações adicionais, como as metas projetadas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2021 e os resultados reais do IDEB para o mesmo ano e os indicadores - respectivamente sendo, um do INEP e ou outro do MEC – Indicador Socioeconômico da Educação Básica (INSE) e o Índice Geral de Cursos (ICG), onde são discriminados os dados por estabelecimento de ensino.

A metodologia desenvolvida pela autora foi, através de entrevistas, analisar as narrativas dos gestores escolares buscando aproximações com as dez competências gerais do diretor escolar. O formato de entrevista foi pensado para que os entrevistados pudessem estar à vontade para explicitar suas ideias e pensamentos. Dentre as responsabilidades e competências ela destaca:

• Coordenar a organização escolar nas dimensões político-institucional, pedagógica, administrativo-financeira e pessoal e relacional, construindo coletivamente o projeto pedagógico da escola e exercendo liderança orientada por princípios éticos, com equidade e justiça.

• Configurar a cultura organizacional com a equipe, na perspectiva de um ambiente escolar produtivo, organizado e acolhedor, centrado na excelência do ensino e da aprendizagem.

• Assegurar o cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos têm direito, bem como o cumprimento da legislação e das normas educacionais.

• Valorizar o desenvolvimento profissional de toda a equipe escolar, promovendo, em articulação com a rede ou sistema de ensino, formação e apoio com foco nas Competências Gerais dos Docentes, assim como nas competências específicas vinculadas às dimensões do conhecimento, da prática e do engajamento profissional, conforme a BNC-Formação Continuada, proporcionando condições de atuação com excelência.

. Coordenar a construção e implementação da proposta pedagógica da escola, engajando e corresponsabilizando todos os profissionais da instituição por seu sucesso, aplicando conhecimentos teórico-práticos que impulsionem a qualidade da educação e o aprendizado dos estudantes e reorientando o trabalho educativo por evidências, obtidas através de processos contínuos de monitoramento e de avaliação.

• Realizar a gestão de pessoas e dos recursos materiais e financeiros, garantindo o funcionamento eficiente e eficaz da organização escolar, identificando e compreendendo problemas, com postura profissional para solucioná-los.

• Buscar soluções inovadoras e criativas para aprimorar o funcionamento da escola, criando estratégias e apoios integrados para o trabalho coletivo, compreendendo sua responsabilidade perante os resultados esperados e desenvolvendo o mesmo senso de responsabilidade na equipe escolar.

• Integrar a escola com outros contextos, com base no princípio da gestão democrática, incentivando a parceria com as famílias e a comunidade, incluindo equipamentos sociais e outras instituições, mediante comunicação e interação positivas orientadas para a elaboração coletiva do projeto pedagógico da escola e sua efetivação.

• Exercitar a empatia, o diálogo e a mediação de conflitos e a cooperação, além de desenvolver na escola ações orientadas para a promoção de um clima de respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

• Agir e incentivar pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, refletidos no ambiente de aprendizagem.

Os resultados encontrados permitem, também, apresentar sugestões para possíveis caminhos de investigações futuras sobre a liderança escolar no sistema educacional brasileiro. Outro aspecto a ser explorado relaciona-se à elaboração deprogramas de formação continuada para gestores escolares, de modo a capacitá-los para liderar processos de mudança e inovação nas escolas (Lago, 2023).

Como aplicabilidade prática, pode-se elaborar um formato de socialização das boas práticas identificadas, assim como, as soluções encontradas são locais, há maior possibilidade de serem executadas a longo prazo. Os resultados obtidos permitem, também, apresentar sugestões para possíveis caminhos de investigações futuras sobre a liderança escolar no sistema educacional brasileiro. Outro aspecto a ser explorado relaciona-se à elaboração de programas de formação continuada para gestores escolares, de modo a capacitá-los para liderar processos de mudança e inovação nas escolas (Lago, 2023).

4.2 Escola Municipal José Câmara Ferreira: construindo uma escola de qualidade

A escola José Câmara Ferreira está situada à Rua da Alegria, S/N Bairro Jota Câmara na cidade de São José de Ribamar. Foi fundada em 19 de março de 1984 no governo de Luiz Alves Coelho Rocha. Atuava como Secretária de Educação a senhora Leda Maria Chaves Tajra, na gestão do então prefeito da época José Câmara Ferreira.

A escola passou por reformas na gestão atual do prefeito Júlio de Souza Matos e conta com sua estrutura física composta por 04 salas de aula distribuídas em 2º,3º, 4º e 5º ano no turno matutino e 1º,3º.4º e 5º no turno vespertino. Desse modo, o efetivo para o funcionamento está distribuído da seguinte forma: 01 gestor escolar, 08 professores, 01 coordenador pedagógico (ambos nos 2 turnos), 02 administrativos, 05 profissionais AOSD, 02 merendeiras(terceirizadas), e 03 agentes de portaria.

O IDEB da escola durante os anos tem avançado, mas, durante a pandemia teve uma queda pelo que se observou. E com base nisso, aplicou-se um questionário com a professora do 5º ano onde foi perguntado se ela se considera uma professora alfabetizadora, em que a professora respondeu que sim, pois dedica seu tempo com métodos, principalmente com os alunos que precisam de apoio, com carência afetiva e aprendizagem.

Em continuidade, perguntou-se quais métodos para alfabetizar os alunos ela costuma desenvolver em sua turma? Foi respondido pela professora que usa o ditado mudo, ditado estimulante, diálogo, cópia, leitura de pedaços de textos, recorte de frases e palavras, sílabas, brincadeiras e jogos de faz de conta, produção em gravuras, apresentação de atividades produzidos por eles, dentre outros.

Questionou-se acerca dos métodos aplicados com os alunos, assim como, qual tem maior eficácia? A resposta foi o ditado mudo e diálogo. Foi perguntado se na escola existe uma parceria efetiva entre a gestão escolar e os professores? A resposta foi sim. Quando questionada acerca da contribuição da família para o desenvolvimento do aluno? A resposta foi que não há contribuição. Perguntou-se se a escola costuma divulgar os resultados do IDEB para a comunidade escolar? A resposta foi que não. Foi perguntado se a escola está envolvida em quais programas ofertados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) voltados para a leitura e alfabetização dos alunos da rede de São José de Ribamar? A resposta foi só o Curiar. Foi perguntado se a quantidade de alunos por turma é o ideal para favorecer a aprendizagem? A resposta foi não. Foi perguntado se a parceria entre a escola e família é efetiva? A resposta foi que não. E por último, perguntou-se se a comunidade escolar está satisfeita com o último resultado do IDEB da escola. A resposta foi que não.

Quadro 01: Resultado do IDEB da Escola Municipal José Câmara Ferreira

ANO	IDEB
2017	5,5
2019	5,8
2021	4,9

Fonte: INEP/IDEB

Quadro 02: Resultado das avaliações internas e externas da Escola Municipal José Câmara Ferreira 5º ano

5º ano - Língua Portuguesa					
Seama[1] 2022	**Seama Diag. 2023**	**AVHA[2]**	**Média (SAEB)**	**Média**	**Nível**
187	182	285,39	210,14	218,13	Aprofundamento
5º ano - Língua Portuguesa					
Seama 2022	**Seama Diag. 2023**	**AVHA**	**Média (SAEB)**	**Média**	**Nível**
168,88	182	269,41	206,5225	212,47	Aprofundamento

Fonte: SEMED São José de Ribamar

Com base nesses dados apresentados das avaliações internas e externas observou-se que a escola precisa se aprofundar mais na recomposição das aprendizagens dos estudantes e trabalhar soluções eficientes e capazes de minimizar os prejuízos causados pela pandemia na educação, para que não tenham retrocessos no seu desenvolvimento, evitando o aumento da evasão, da repetência, do abandono, e das desigualdades nas aprendizagens.

5. CONCLUSÃO

Sabe-se que na educação existem diversas formas e tipos de avaliação que mensuram, de forma quantitativa competências e habilidades ainda que essas sejam bem mais e cunho qualitativo. Contudo, no Brasil, as avaliações de larga escala, no caso, a SAEB, visa averiguar o progresso da aprendizagem nos níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização e Matemática das redes públicas, bem como, fornecer possibilidades para a formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas e do currículo da educação básica, dentre outros objetivos.

Nesse sentido, fica evidente que o objetivo geral de promover reflexões sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e, ao mesmo tempo, desenvolver estratégias para melhorar o desempenho dos alunos do 5º ano na prova do Sistema de

Avaliação da Educação Básica (SAEB) na Escola Municipal José Câmara Ferreira foi exitosamente alcançado.

Destaca-se, inicialmente, a importância histórica do direito à educação e a necessidade de avaliações sistemáticas para aprimorar o sistema educacional em que, o SAEB, instituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, desempenha um papel fundamental nesse contexto, fornecendo dados e informações que permitem identificar desafios e melhorar a qualidade do ensino.

Além disso, ressalta-se a importância de interpretar os resultados das avaliações externas, como o IDEB, e como esses resultados podem ser utilizados para tomada de decisões informadas em relação à qualidade do ensino. Também enfatiza a responsabilidade das escolas na melhoria do desempenho educacional, identificando fatores que influenciam positiva ou negativamente na aprendizagem dos alunos.

Evidencia-se na pesquisa que a liderança escolar desempenha um papel primordial na qualidade da educação, bem como, destaca-se as competências necessárias para os gestores escolares. Além disso, sugere-se, como importante, programas de formação continuada a fim de capacitar os gestores a liderarem processos de mudança e inovação nas escolas.

Por fim, destaca-se, por meio deste trabalho, a relevância da avaliação educacional, bem como, a responsabilidade das escolas na melhoria da qualidade do ensino e a importância da liderança escolar para alcançar esse objetivo. Propõe-se ainda possíveis caminhos para investigações futuras e programas de formação para gestores escolares, com vista à promoção de um ambiente educacional de qualidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. O Estado, a política e a regulação do setor educacional no Brasil: uma abordagem histórica. In.: FERREIRA, N. S. C; AGUIAR, M. A. S. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional:** nova LDB (Lei nº 9394). Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 13 jan. 2023.

____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Presidência da República. Brasília, DF: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Seção 1.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6094.htm. Acesso em: 13 jan. 2023.

___. Ministério da Educação e Cultura. Cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Portaria n. 1.795, de 27 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez. 1994**. Seção 1, n. 246, p.20.767-20.768.

___. Ministério da Educação. **O que é o IDEB: IDEB.** 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conheca-o-IDEB. Acesso em: 18 ago. 2023.

BROOKE, N.; SOARES, J. F. **Pesquisa em eficiência escolar:** origem e trajetórias. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Saberes docentes e autonomia dos professores**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009

COELHO, M. I. M. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59,

p. 229-258, abr./jun. 2008.

DOURADO, L.F. **Políticas e gestão da educação básica no Brasi: limites e perspectivas. Educação & Sociedade, Campinas,** v. 28, n. 100, 2007.

FERNANDES, R. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Brasília: Inep, 2007. (Texto para Discussão, n. 26). Disponível em: https://goo.gl/VJpTTF. Acesso em: 2 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LABURÚ, Carlos Eduardo; ARRUDA, Sérgio de Mello; NARDI, Roberto. **Pluralismo metodológico no ensino de ciências. Ciência & Educação**, v.9, n. 2, p. 247-260, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/07.pdf >. Acesso em: 28 jul. 2023.

MACHADO, Cristiane. **Avaliação Externa e Gestão Escolar: reflexões sobre o uso dos resultados.** Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 70-82, jun. 2023.

SAVIANI, Dermeval. PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.